

CUT



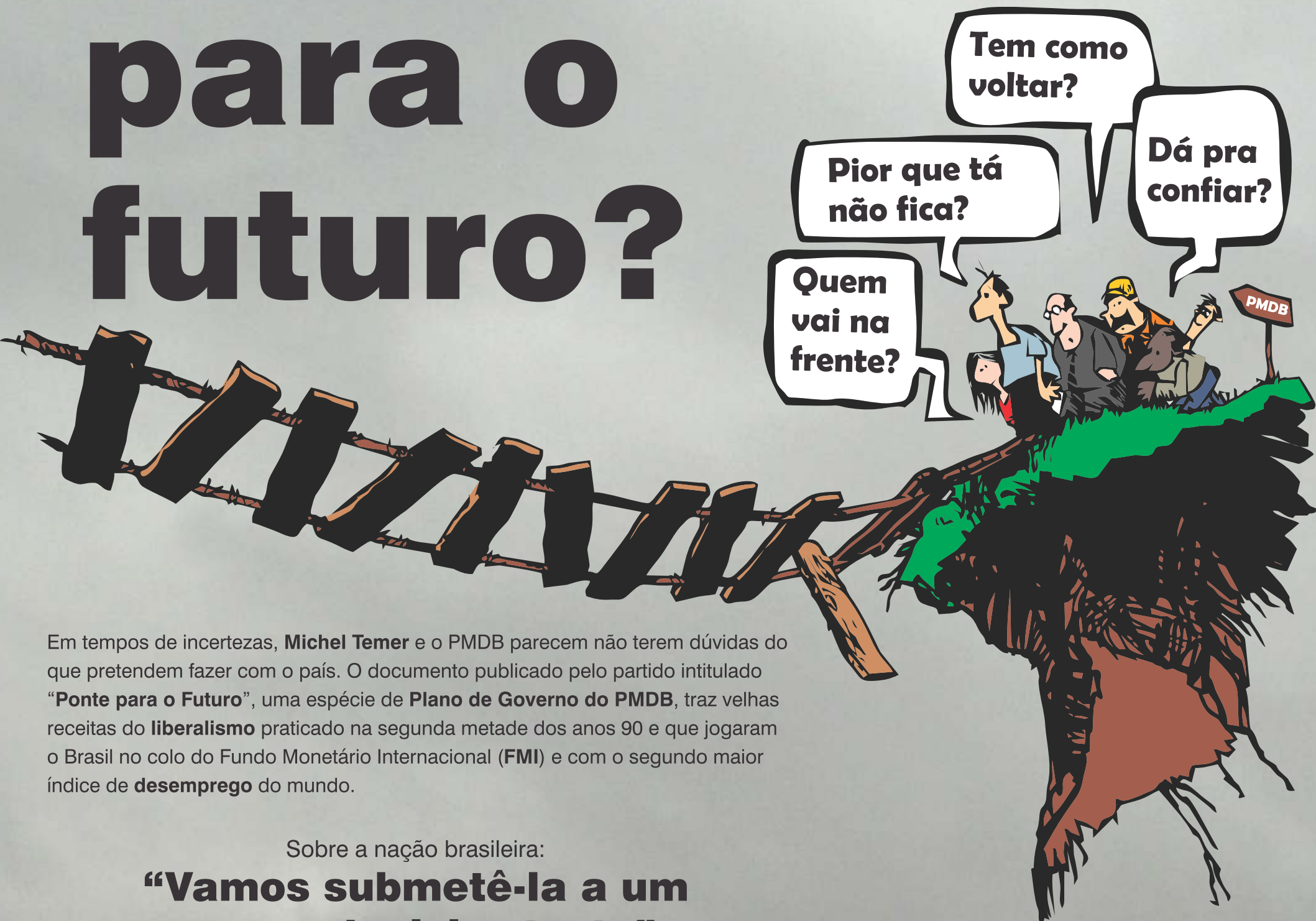
FUP

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXII | Nº 1369 | de 19 a 30/04/2016

Ponte para o futuro?



Em tempos de incertezas, **Michel Temer** e o PMDB parecem não terem dúvidas do que pretendem fazer com o país. O documento publicado pelo partido intitulado “**Ponte para o Futuro**”, uma espécie de **Plano de Governo do PMDB**, traz velhas receitas do **liberalismo** praticado na segunda metade dos anos 90 e que jogaram o Brasil no colo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o segundo maior índice de **desemprego** do mundo.

Sobre a nação brasileira:

“Vamos submetê-la a um novo e decisivo teste”

Trecho da “Ponte para o Futuro” do PMDB



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

O golpe é contra

O retrocesso bate à porta dos trabalhadores brasileiros. Caso o golpe político-legislativo, com o apoio do judiciário, se concretize, algo que parece muito provável, a classe trabalhadora deve voltar a sentir na pele os efeitos do liberalismo econômico. Estado extremamente enfraquecido, retirada de direitos trabalhistas e sociais, poder concentrado na iniciativa privada e venda das estatais que sobraram após os tempos de privataria. Tudo isso está claro no Plano de Governo do PMDB de Michel Temer, um documento ironicamente intitulado "Ponte para o Futuro", mas que na verdade aplica as velhas receitas do passado. O resultado a história não nos deixa esquecer: FMI, índice de desemprego sempre superior a dois dígitos, média da taxa de juros básicos de 17,5%, subdesenvolvimento e fome. Somente a resistência dos trabalhadores brasileiros pode impedir que essa volte a ser a realidade do país. Nesta edição, o Jornal do Sindipetro PR e SC analisa os principais itens da "Ponte" do PMDB.

Setor Petróleo

No documento está escrito com todas as letras que o PMDB quer o "retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo", ou seja, pretendem jogar as nossas trilionárias reservas, principalmente na área do pré-sal, direto para as mãos das multinacionais estrangeiras. Anos de esforço e investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para garantir que o petróleo seja do povo brasileiro serão perdidos.



Privatizações

Temer quer "uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura". O Brasil estará à venda! Medida que só interessa ao mercado internacional, que mais uma vez vai se aproveitar do momento delicado do país para esticar suas garras sobre as empresas e suas receitas, com o agravante de serviços piores e mais caros à população.

Redução das aposentadorias

Chega a parecer surreal, mas consta no documento do PMDB de Temer que "é indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo. O salário mínimo não é um indexador de rendas, mas um instrumento próprio do mercado de trabalho". O salário mínimo é um importante instrumento de distribuição de renda e regulado pelo governo, não pelo mercado. Ao propor o fim da indexação, está claro que Temer propõe acabar com isso, o que significa que os reajustes para os aposentados podem ser menores que os do salário mínimo.

Menos seguro social

A Constituição determina um piso mínimo obrigatório para o governo investir nas áreas sociais como a previdência, moradia ou saúde. Michel Temer quer acabar com isso, para que o governo use o dinheiro do orçamento como bem entender. Está em risco programas como o Minha Casa, Minha Vida, Prouni, Fies e até a saúde pública.

Precarizar a legislação ambiental

Com o subterfúgio de agilizar as licenças ambientais, Temer e o PMDB querem desmontar uma das legislações ambientais mais modernas e avançadas do planeta. Por trás disso estão os interesses dos grandes empresários e latifundiários. É o pagamento pelo apoio ao golpe dado pela FIESP, a UDN e outros grandes financiadores.

os trabalhadores!

Desmanche da CLT

O documento do PMDB diz que na área trabalhista vai "permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais". Nesse modelo a legislação trabalhista deixa de ser aplicada ou é flexibilizada, o que favorece o patrão e deixa o trabalhador vulnerável.

Menos saúde e educação

O documento do PMDB é taxativo ao afirmar que "o país gasta muito com políticas públicas...". Saúde e educação públicas são as principais áreas de investimento de verbas federais.

Fim da valorização do salário mínimo

Temer e o PMDB propõem o "fim de todas as indexações". Isso representa o fim da política de valorização permanente do salário mínimo, fórmula de reajuste que garantiu aumento real de 76,5% nos últimos dez anos. No lugar, o reajuste ou não do mínimo seria feito de acordo com os interesses do governo ou o do Congresso.



Futuro do PMDB



Arrocho para pagar banqueiros

O corte de investimentos em áreas como saúde e educação será usado para "buscar um superávit primário", ou seja, economia para pagar os juros da dívida pública aos banqueiros e ao sistema financeiro. Apenas o corte, por mais brusco que seja, não será suficiente. Vem aí um arrocho em cima da população com aumento de impostos e cortes de direitos e salários.

Mais trabalho, menos aposentadoria

Diz o PMDB de Temer que "é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados". Querem aumentar a idade mínima para a aposentadoria, medida que prejudica quem começa a trabalhar mais cedo, que via de regra é a população mais pobre. Para piorar, é a camada social que menos vive. O documento seria mais honesto se dissesse "fim da aposentadoria para os pobres".

O circo dos horrores do impeachment

Provavelmente a sessão extraordinária da Câmara Federal que aprovou a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff marcará o 17 de abril como o dia da vergonha. Apesar de não existir crime contra Dilma e apelarem para as tais “pedaladas fiscais” - que também não caracterizam irregularidade - para julgá-la, é mais provável que a data receba tal definição por outro motivo: o comportamento dos parlamentares.

O ponto positivo foi que a população pode finalmente perceber o Congresso que elegeu. Muitos pronunciamentos que justificavam o voto em nome de familiares e amigos fizeram a sessão parecer um certo programa infantil de auditório. Ex-professores de gramática dos deputados ficaram perplexos.

Porém, para além dos erros de conjugação e das infantilidades, houve um verdadeiro show de horrores. Dois deputados federais, Bolsonaro pai e filho, homenagearam em alto e bom som, na Casa que representa a garantia da democracia brasileira, os militares que deram o golpe de 1964. Inclusive ocorreu uma angustiante menção ao líder dos torturadores, coronel Brilhante Ustra. Aconteceu ainda na mesma falação um erro de pensamento lógico. “Perderam em 64 e perderam agora em 2016”. Uma declaração que coloca em xeque a afirmação de que não é golpe.

Outro fato que entra para a história diz respeito à deputada Raquel Muniz (PSD). Ela disse em seu voto a favor da abertura de processo contra a presidente que tomava aquela decisão “para dizer que o Brasil tem jeito” e que “o prefeito de Montes Claros mostra isso para todos nós com sua gestão”. O prefeito em questão é o marido da deputada, Ruy Muniz (PSB), que foi preso pela Polícia Federal um dia depois da declaração de sua esposa.

De acordo com as investigações da PF, o prefeito é suspeito de inviabilizar a existência e o funcionamento de hospitais públicos e filantrópicos que atendem pelo SUS ao deixar de prestar serviços pela rede municipal. O objetivo, segundo a apuração, seria favorecer um hospital privado que pertenceria aos seus familiares e ao grupo econômico deles.

Ainda no quesito corrupção, dos 22 deputados investigados pela Lava Jato, 16 votaram pelo impeachment. Para piorar, 72% desses disseram estar votando pelo impedimento para pôr fim à corrupção. Esses votos vieram em sua maioria do PP e do PMDB.

Eleitos sem votos

A atual legislatura da Câmara Federal foi eleita pelo sistema proporcional previsto na Constituição brasileira. Nas eleições proporcionais, primeiramente verifica-se quais foram as coligações partidárias que receberam mais votos: o total de cadeiras na Câmara - 513 - é, então, dividido proporcionalmente entre essas coligações. As vagas de cada coligação são distribuídas para os candidatos mais bem votados dentro de cada uma delas.

O resultado desse sistema é que apenas 36 daqueles deputados se elegeram com seus próprios votos. Ou seja, 477 daquela galera, na sua maioria disposta a votar com quem pagar mais, só conseguiu chegar lá porque o quociente eleitoral permitiu. Não receberam votos suficientes. Portanto, a Câmara dos Deputados é um enorme e gigantesco engodo. A grande maioria desses 477 deputados não tem compromisso nenhum com seus eleitores. Sua preocupação é o acordo, a negociata, a obediência ao que os levou até lá. Esse é um sistema que não estimula o voto consciente. Só o conchavo.

Em memória das vítimas do trabalho

O ano de 1969 é lembrado mundialmente pela ascensão do movimento flower power, slogan usado pelos hippies nos anos 60 até o começo dos anos 80 como um símbolo da ideologia da não-violência e de repúdio à guerra do Vietnã, que culminou na realização do Woodstock, o mais famoso festival de música de todos os tempos.

Mas nem tudo foram flores naquele ano. Uma explosão em uma mina da cidade de Farmington, no estado da Virgínia - EUA, em 28 de abril de 1969, deixou 78 trabalhadores mortos. Por iniciativa do movimento sindical canadense, a data do trágico acidente passou a ser lembrado como o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que adotou, em 2003, o 28 de abril como Dia Mundial em Memória das Vítimas, anualmente são registrados cerca de 270 milhões de acidentes no trabalho. Aproximadamente 2,3 milhões desses acidentes resultam em mortes. No Brasil, segundo o relatório da OIT, são 1,3 milhão de casos, que têm como principal causa as más condições nos locais de trabalho. Ressalta-se que os números são oficiais e não levam em consideração o mercado de trabalho informal (trabalhadores sem registro em carteira) e os não notificados.

Segundo o estudo da OIT, o Brasil ocupa o 4º lugar em relação ao número de mortes, com 2.814 óbitos por ano. O país perde apenas para China (14.924), Estados Unidos (5.764) e Rússia (3.090). Ainda de acordo com a OIT, cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 2,8 trilhões de dólares, são perdidos por ano em custos diretos e indiretos devido a acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho. Só no Brasil, de acordo com dados da Previdência, entre 2008 e 2013 foram gastos R\$ 50 bilhões.

Os números da OIT ainda revelam que quase 6,5 mil pessoas morrem diariamente por causa de acidentes no trabalho. Enquanto escrevia essa matéria, neste dia 14 de abril, chegava a notícia de que um haitiano que trabalhava em uma empresa de reciclagem no município de Pinhais perdeu a vida ao cair de uma altura de oito metros. O caso evidencia o descumprimento das normas de segurança. A NR 35, que regulamenta o trabalho em altura, determina que deve-se utilizar o cinto de



segurança do tipo paraquedista para toda atividade realizada acima de dois metros do chão.

Enquanto a impunidade diante dos casos de negligência das regras de segurança predominar, as flores estarão sempre presentes no dia 28 de abril, não para celebrar a cultura da não-violência, muito pelo contrário, mas para lembrar das vítimas do trabalho.

Mortes na Petrobras

Se os números globais assustam, no Sistema Petrobrás não é diferente. Desde 1995, são mais de 360 petroleiros mortos no trabalho. Desde janeiro de 2014, quando a Petrobrás aprovou o primeiro PIDV, já perdemos 36 companheiros mortos em acidentes de trabalho. Recentemente, uma unidade da Rlam e duas plataformas da Bacia de Campos sofreram acidentes graves, em consequência da falta de segurança que, absurdamente, tornou-se rotina no Exploração e Produção, nas refinarias, nos terminais e em todas as áreas operacionais.

Palestra na UFPR

Em alusão ao 28 de abril, o Núcleo de Prática Jurídica e Projeto de Extensão Acesso à Seguridade Social da UFPR e o Sindipetro Paraná e Santa Catarina realizam a palestra “Em memória das vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao Trabalho”. O evento será realizado no dia 28 de abril, às 18h30, na Faculdade de Direito da UFPR (Praça Santos Andrade, 50 – 1º andar – Sala 101) e vai reunir especialistas em saúde do trabalhador e profissionais da área para abordarem sobre os desafios para melhorar as condições de segurança no ambiente e nas relações de trabalho.

Estarão presentes o psicólogo e professor da UFPR Márcio Ferracioli, o advogado e também professor da Universidade Sidnei Machado e Maria Carolina Leal, representante do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST). A mediação ficará ao encargo do companheiro Luciano Zanetti, trabalhador petroleiro e dirigente do Sindipetro PR e SC.

